



Boletim do Museu Paraense Emílio
Goeldi. Ciências Humanas

ISSN: 1981-8122

boletim.humanas@museu-goeldi.br

Museu Paraense Emílio Goeldi
Brasil

Teixeira Guimarães, Mariana

A saga de Payaré Akrätikatêjê frente ao Estado brasileiro no contexto da construção da
hidrelétrica de Tucuruí

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, vol. 12, núm. 3,
septiembre-diciembre, 2017, pp. 953-965

Museu Paraense Emílio Goeldi
Belém, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=394054357016>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A saga de Payaré Akrãtikatêjê frente ao Estado brasileiro no contexto da construção da hidrelétrica de Tucuruí

The saga of Payaré Akrãtikatêjê against the Brazilian State in the context of the construction of the Tucuruí hydroelectric dam

Mariana Teixeira Guimarães

Centro de Trabalho Indigenista. Carolina, Maranhão, Brasil

Resumo: Este texto é fruto de pesquisa realizada durante o ano de 2011, construída com base na metodologia de história de vida, por via – principalmente – da história oral. O resultado desta pesquisa foi o meu trabalho de conclusão de curso de graduação, finalizado no mesmo ano, revisitado agora para contar a história de Payaré. Cacique Akrãtikatêjê, ele travou uma batalha judicial, por mais de trinta anos, contra o Estado brasileiro, para ver reparado um erro histórico da justiça brasileira, que negou a identidade indígena a ele e ao seu povo no contexto da construção da hidrelétrica de Tucuruí. Com a construção da barragem da hidrelétrica, as terras do povo Akrãtikatêjê foram inundadas, iniciando-se a saga de Payaré para garantir os direitos de sobrevivência de seu povo.

Palavras-chave: Indianidade. Akrãtikatêjê. Atingidos por barragens.

Abstract: This article is the result of research that was conducted during the year 2011, based on the life history method, here mainly concerning oral history. The result of this research was presented in my graduation monograph, evaluated in the same year, and here revisited in order to tell the story of Payaré Akrãtikatêjê. Indigenous leader Akrãtikatêjê fought a judicial battle for more than thirty years against the Brazilian state to see repaired a historical error of Brazilian justice that denied the indigenous identity to him and his people in the context of the Tucuruí hydroelectric project. With the construction of the hydroelectric dam, the lands of the Akrãtikatêjê people were flooded and the Payaré saga to guarantee the survival rights of his people began.

Keywords: Indianness. Akrãtikatêjê. People affected by dams.

GUIMARÃES, Mariana Teixeira. A saga de Payaré Akrãtikatêjê frente ao Estado brasileiro no contexto da construção da hidrelétrica de Tucuruí. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 12, n. 3, p. 953-965, set.-dez. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222017000300016>.

Autora para correspondência: Mariana Teixeira Guimarães. Centro de Trabalho Indigenista. SCLN 210. Brasília, DF, Brasil. CEP 70862-530 (marianaguimar@gmail.com).

Recebido em 07/04/2017

Aprovado em 18/06/2017

No final de março de 2014, Payaré faleceu. Não há frase que possa seguir essa assertiva, para enfatizar a sua grandeza. Payaré, cacique do povo Akrātikatêjê, perdia a vida justamente quando ganhava uma verdadeira batalha judicial, que atravessou três décadas, contra as Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte). Uma vida que enveredou pela luta em busca de reparação ao descaso, à omissão e ao crime cometidos pelo Estado brasileiro durante a construção da hidrelétrica de Tucuruí, nos anos 1980. As terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas

autodenominados Akrātikatêjê, conhecidos também por 'povo Gavião da Montanha', localizadas a montante da barragem da hidrelétrica, foram inundadas.

Às vésperas de seu falecimento, Payaré, assistido pela Procuradoria Geral da República, em Marabá, acompanhava os trâmites da sentença, que foi favorável ao seu povo. Presenciava também a aquisição, por parte da Eletronorte, de 3.600 ha em área contígua à Terra Indígena (TI) Mãe Maria (Figura 1), lugar para onde os Akrātikatêjê foram levados compulsoriamente,

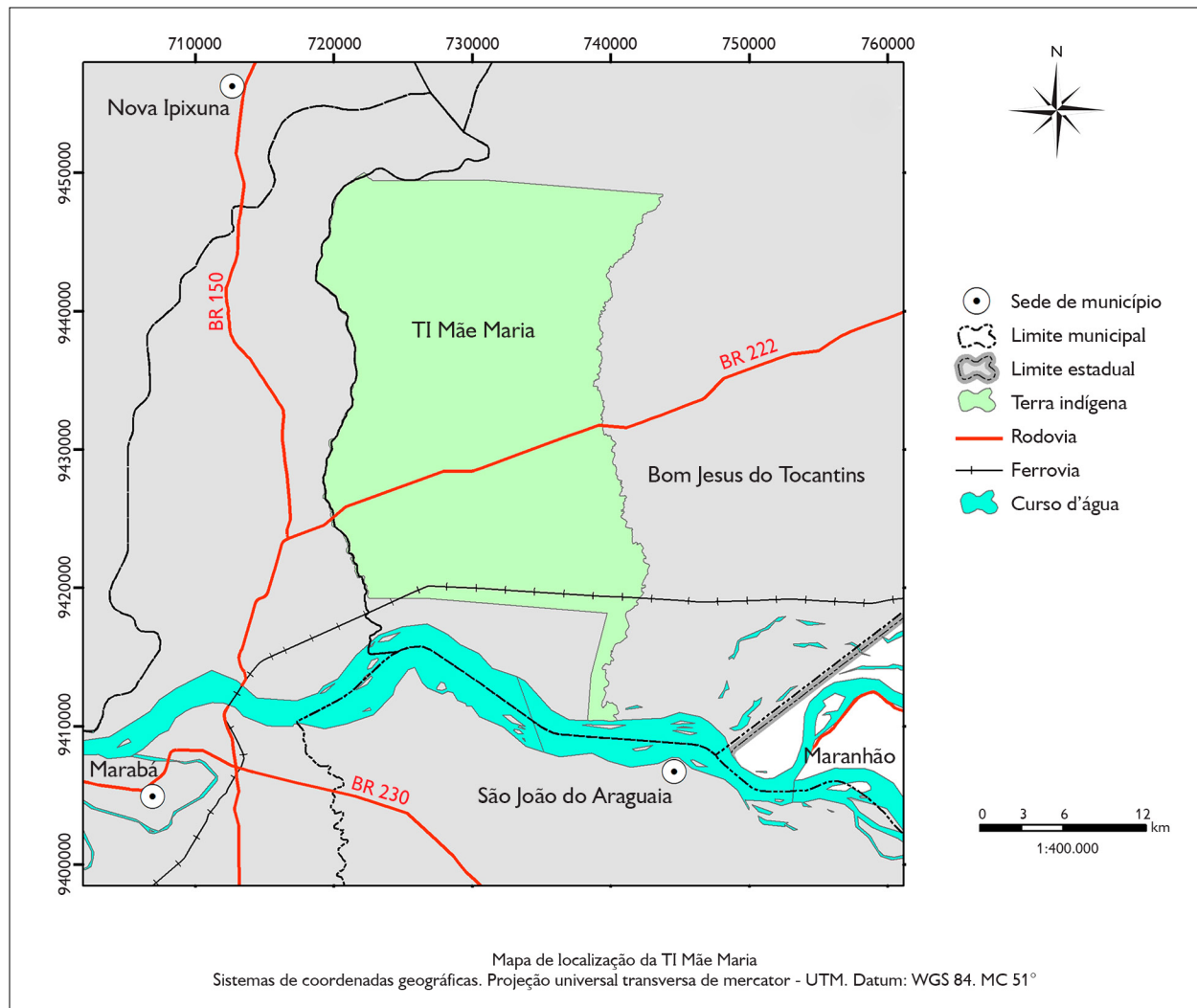


Figura 1. Mapa de localização da TI Mãe Maria, localizada no município de Bom Jesus do Tocantins, no estado do Pará. Fonte: Elaborado por César Donato de Araújo (2017).

após perderem a sua terra. Mas o início desta história é outro, começa lá por volta de 1951, no rio Moju, onde nasceu Jamrikakumti Höpryre Ronore Jõnpikti, conhecido comumente como Payaré. É através dele, dos desdobramentos da sua ação política enquanto sujeito histórico, que este texto versará sobre a luta empreendida por um povo em busca de terra, de autonomia e de afirmação da sua identidade indígena, atacada durante o processo judicial contra a Eletronorte.

Conheci Payaré durante a I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena¹ (Figura 2). Na palestra sobre a questão dos direitos indígenas em relação à educação, distante, eu vi um senhor levantar e pedir a palavra. Ele bradava dois volumes impressos da Constituição brasileira, falando sobre a revolta que sentia ao ver a discrepância existente entre o que estava escrito e o que de fato era efetivado em prol dos povos indígenas.

Posteriormente, pude conhecer um pouco mais deste seu ímpeto beligerante, durante meu estágio para a disciplina de Antropologia, feito na Procuradoria da República no município de Marabá (PRM/MAB), através das reuniões que eram realizadas para a resolução do caso que envolvia a Eletronorte. Estive com Payaré em diversas reuniões e encontros e, em uma destas ocasiões, ele me falou sobre a vontade que tinha de ter a sua história registrada, escrita por algum pesquisador ou por ele mesmo. Assim começamos o 'nosso livro', como ele gostava de chamar, que me possibilitou contar a sua história neste texto.

Os pontos centrais de todas as nossas conversas foram a questão da terra inundada em Tucuruí e o interminável processo judicial contra a Eletronorte. Acredito que a política de luta pela terra seja o tema que delimite, de maneira bem clara, a vida de Payaré e do povo Akrätikatêjê, apesar de a sua atuação como educador também ser algo importante. Ainda que, por vezes, eu tenha tentando investigar a sua vida de professor, o fato de termos nos conhecido no âmbito das

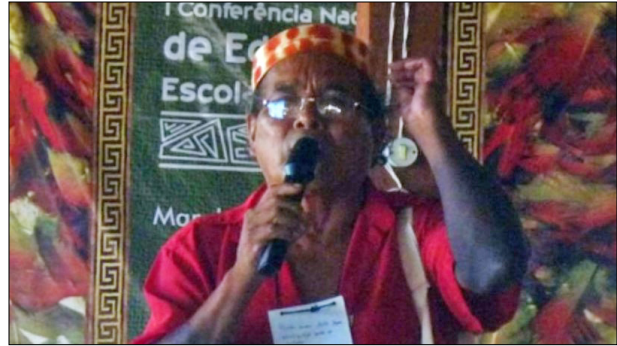


Figura 2. Payaré Akrätikatêjê durante a I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena, na aldeia Kyikatêjê (TI Mãe Maria), em agosto de 2009. Foto: Mariana Guimarães (2009).

reuniões realizadas na PRM/MAB – que debatiam justamente a questão com a Eletronorte – foi primordial para delimitar a memória que guiará a pesquisa.

Como dito, a centralidade da narrativa de Payaré estava na questão da terra de seu povo, inundada com a barragem de Tucuruí, e em todas as perturbações sofridas pelos Akrätikatêjê durante o processo de remanejamento forçado para a TI Mãe Maria. Portanto, é com base nestas narrativas feitas por ele e também por sua filha Kátia Akrätikatêjê que construí uma – das muitas – história da vida de Payaré. É importante ressaltar que entrevistar Kátia para falar sobre a história de luta do seu pai foi uma sugestão dele próprio, pois sua filha sempre atuou politicamente ao seu lado, sempre sendo vista por ele como sua sucessora. Atualmente, ela é cacique do povo Akrätikatêjê, posição assumida após a morte de Payaré.

A pesquisa e este texto surgem, principalmente, para sublinhar as atrocidades cometidas durante a construção de projetos vistos por alguns grupos como necessários para o 'desenvolvimento nacional', como é o caso de construções de barragens. Eles existem para sublinhar atores invisíveis diante de um contexto devastador de desenvolvimento nacional, demonstrando a instrumentalização de luta deste povo indígena, através de seu líder.

¹ Realizada em junho de 2009, na aldeia Kyikatêjê, localizada na TI Mãe Maria.

PAYARÉ AKRĀTIKATÊJÊ E O SEU POVO²

“Minha vida começou no rio Moju, lá por 1951, como minha mãe me dizia. E lá era tudo diferente, eram numerosos indígenas. Uma vida total”. Payaré fala isso com um olhar saudoso, como se hoje vivesse uma vida incompleta. Ele pertence a um povo de língua Timbira, que a sociedade não indígena acostudou-se a chamar de Gavião.

“Lá era tudo diferente”, enfatiza Payaré, prosseguindo no seu relato:

Também pela crença. Respeitávamos o sol com um Deus, a lua como inimiga, que era como se fossem duas pessoas que viviam na terra e nos ensinavam o que nós devíamos comer, o que era bom e o que era ruim [...] Então, desde o passado, o nosso povo conta a história, mas nós, quando crianças, não aprendemos tudo, quando nós já estávamos chegando à idade pra aprender a cultura, já com uns dez anos, aí que aconteceu. Eu já tinha uns nove ou dez anos, já morávamos 120 km pra dentro do Moju, e lá aconteceu.

Sua expressão era calma e o olhar estava longe, como se pudesse retornar ao passado e visualizar, no presente, o que ele me relataria a seguir: “Foi o seguinte. Tínhamos o nosso pajé, muito rígido, e tínhamos também problemas de maldade pelos outros. Nosso pajé era poderoso, se não gostava da pessoa, matava através de remédio. Não sei como fazia, ele dizia: ‘Você vai morrer tal dia!’, e a pessoa morria. E foi lá que aconteceu”. Falou como se ainda não tivesse certeza se me contaria o resto da história. Porém, em um repente, ele prosseguiu com uma narrativa inicialmente sem lógica, segundo a minha impressão:

Por causa de intriga, sabe? A pessoa vinha com uma coisa: machado, facão ou caça e a outra ficava lá na estrada esperando, quando passava começava a ira, de querer matar seu povo. Isso aconteceu lá. Também aconteceu da minha irmã adoecer e morrer com seis anos. Minha mãe começou a chorar, todo mundo começou a chorar, quando um morria era assim, todos se reuniam, era muito triste. Outros também foram morrendo.

Então o pajé veio, falando que iria fazer acontecer uma coisa pra todos saberem do seu poder. Primeiro, ele disse que iria castigar com trovão, não matar, só mostrar que tinha poder. Pois que a noite chegou, e trovejava, chega estalavam nossas casas de madeira e palha. [...] Minha mãe continuava a chorar e ele chegou até ela e disse: ‘Olha você tem que parar de chorar porque não é só ela que vai morrer, é todo mundo, vocês se preparem! Ninguém vai viver’. E nos ensinou que aquele que quisesse viver deveria seguir onde o sol nasce. Falou para tomarmos providência de, pela manhã, todos saírem da aldeia. Começou uma bagunça, era jovem, velho, tomando conta de suas coisas, mas não dava tempo de levar nada, nem ao menos comida o suficiente. Quando das seis horas da manhã, o povo espalhou tudo doido, só com um facão, um arco, mas não andavam um ou três passos, já caíam. Ele tirou a folha do mato, triturou tudo qual café, e foi nas redes de quem ele não gostava e lá pôs tal remédio, onde não queria matar ele não colocava. [...] Quando colocou esse remédio, botou sangue pela boca e foi o primeiro a morrer. Meu avô, minha avó, andaram e caíram já morrendo. Eu não podia fazer nada, eu era criança. [...] Olha, secou tudo ao redor da grota, um monte de peixe morto por cima, não tinha onde se esconder, urubu comendo. Na beira do rio, você via quantas pessoas morreram. Velho, novo, todos mortos, um por cima do outro. [...] Escapamos uns oito. Meu pai muito doente. Junto conosco tinha um jovem que estava aprendendo a ser pajé e estava cuidando de nós: quebrava palmito, inajá e daquele coco babaçu ele tirava a massa e nos dava para comer; tinha a castanha também, descascava e misturava com a carne de jabuti. Era mais fácil pegar jabuti. [...] Então nós fomos caminhando pela mata. Meu pai pediu para pararmos, não tinha condições de caminhar. Ficamos em um tipo de grotinha, pois não tínhamos condição de carregá-lo. Lá nós ficamos três dias e três noites. Meu pai morreu.

Antes de morrer, contou-me Payaré, seu pai o chamou e lhe entregou suas armas, seu arco e suas flechas, dizendo que agora ele teria que defender a si e à sua família. Com poucos anos de vida, ele aceitou o encargo. Voltou-se ao pajé, dizendo que agora podiam retomar a caminhada.

Junto consigo, estavam a sua mãe e três irmãos, que ele carregava nas costas, revezando com o jovem aprendiz

² Este texto comporta uma narrativa criada a partir das memórias de Payaré Akrātikatêjê, compartilhadas em conversas ocorridas em 2011. Os termos indígenas (nomes próprios, nomes de povos e outros) foram grafados conforme instrução de Payaré.

de pajé, pois tinham menos idade que ele, e também lhes acometera a doença. Com pesar, Payaré diz:

Não sei se era pecado, mas eu oro todo dia pra Deus me perdoar se for. Quando eu os carregava e não dava mais conta eu caía e jogava-os no chão. Era triste. Eu jogava e olhava aquele meu irmão cansado com a doença, minha mãe também doente. Quando chegava a noite, eu olhava pro céu e pensava se por acaso minha mãe morresse, o que eu ia fazer.

A maioria do seu povo havia morrido, e as pessoas que se salvaram estavam dispersas pela mata. Payaré pensava em como encontraria seus parentes, para que pudessem se proteger, retomar as suas vidas como antes. A sua 'vida total', como ele dizia.

"Durante a noite", prossegue, "eu não podia contar todas as estrelas, mas eu olhava e pensava como seria a minha vida naquele momento, o que eu haveria de fazer". Segundo ele, haviam duas opções: caminhariam para a beira do rio ou iriam viver no meio dos não indígenas, isso se bichos do mato não os devorassem. A noite era o momento mais triste; na escuridão, ele pensava no que lhes aguardaria ao amanhecer.

A saúde de sua mãe piorou e já não havia o que beber ou comer, então pararam em um local para que ela se recuperasse. O castanhal era longe deste local, aproximadamente uns oito quilômetros, calcula ele. Foi, então, que teve a ideia de ir, ao amanhecer, sem falar com ninguém, atrás de castanha. Ele pegou um facãozinho e um cesto de fibra, e seguiu pelo mato.

"Quando eu andei uns três quilômetros, encontrei uma onça na estrada, grande demais, vinha andando devagar. Cortei uma varinha e me preparei como se eu fosse um homem mesmo, para poder brigar com o animal. Lá vem a onça muito enorme andando". Ele falava com os olhos fixos, como se pudesse enxergar a cena que estava narrando: "Eu fiquei esperando. Vamos ver o que ela vai fazer comigo. Ela veio, veio, ficou olhando. Eu não sei se ela me viu, vinha andando abeirando e pulou para o outro lado, abanando rabo, foi embora. Eu, invés de voltar, não,

continuei pra buscar castanha. Eu não tinha força pra cortar muito, mas ia cortando o que eu pudesse".

No caminho, Payaré ainda encontrou um porco do mato, mas dizia-se já sem medo. A qualquer sinal de perigo, preparava-se com um pedaço de pau e escolhia uma árvore para o caso de precisar subir. Ele não me contou o que aconteceu com a onça, nem com o porco do mato. Durante sua expedição, avistou, ainda, um acampamento grande, onde moravam uns caboclos: "Fiquei olhando. Eu pensei: quando nós tínhamos saúde, vivíamos nossa vida com tranquilidade, como eles, até o pajé fazer o que fez. Era muito grande o acampamento, atravessei e fui pro castanhal. Tinha bicho cantando e castanha caindo no chão, eu ia ajuntando, cortava com muito cuidado, se bicho viesse eu tinha que subir em algum lugar".

Nada de ruim aconteceu a Payaré, que encheu o cesto com castanha e preparou-se para a volta. Retornou pelo mesmo rastro deixado pela sua ida e, em certo momento, escutou um barulho. Ele abaixou o cesto, amarrou seu facão no pescoço e ficou à espreita. O barulho vinha de outro grupo, também remanescente de seu povo, que, de igual modo, estava indo atrás de castanha. Eles não se sentiam seguros para voltar para a área na qual viviam, pois muitos já haviam morrido e as famílias estavam desestruturadas. Esse grupo limpou uma área do castanhal e fazia, ao redor do local, um círculo de fogo, a fim de que pudessem dormir por dentro e se proteger durante a noite. Payaré prosseguiu por seu caminho.

"Quando já eram umas cinco da tarde, eu vinha voltando, encontrei uma jabota e a coloquei no cesto, então escutei outro barulho cortando o mato, pensei que era bicho, joguei o cesto e me preparei pra subir". Mais uma vez, a qualquer sinal de alerta, escolhia uma árvore para facilitar a sua fuga. Porém, o alarme era falso. Quem vinha ao seu encontro era o pajé iniciante, que os acompanhava na empreitada. Já era tarde e todos estavam preocupados com o seu sumiço. Ele disse que o pajé o aconselhou a não fazer mais tal feito, de se embrenhar pelo mato sem os avisar, já que ele ainda era criança, mesmo

que demonstrasse tamanha coragem. Ele deveria, pois, crescer e ser defensor de seu povo.

Quando chegaram onde sua mãe estava, já havia vários jabutis no fogo e estavam preparando berarubu³. Também havia palmito e coco babaçu, coletados pelo pajé. Eles permaneceram neste lugar por alguns dias, até que sua mãe começou a recuperar a saúde. Payaré diz que a castanha foi a responsável por trazer vivacidade à sua mãe.

Deste lugar, mudaram-se para a beira de uma roça antiga, onde tinha de tudo – inhame, banana, mamão – para que pudessem se alimentar. Por lá, ficaram por dois meses, até que começaram a fazer excursões até a aldeia antiga, para tentar localizar sobreviventes e se mudar para lugar mais próximo dos núcleos urbanos, pois tinham medo de ser dizimados por outros indígenas inimigos mais fortes.

Na volta para a antiga aldeia, encontraram muitos mortos. O clima era de profunda tristeza, até que, próximo a uma gruta, ecoou um canto de povo alegre. Eram aproximadamente quarenta indígenas de seu povo, que tinham escapado da devastação ocorrida na aldeia. Com um grupo maior e mais forte, decidiram seguir rumo aos 'brancos', para que pudessem se defender e ter chances de sobreviver. Não havia mais os guerreiros, os mais velhos, em sua maioria, haviam morrido, restando, em grande maioria, os jovens.

Partiram para a região de Tucuruí, para as cabeceiras do rio Capim, também conhecidas como região da montanha, onde passaram a se reconhecer com povo Akrātikatêjê, o povo dono da montanha. Quando chegaram a essa região, já havia um posto de atração do órgão indigenista, era já a década de 1960. Payaré falou que a sua mãe o pintava e eles continuavam seguindo os seus costumes; seu tio era o cacique e na área nada lhes faltava para a sua sobrevivência.

Payaré Parkatêjê, da TI Mãe Maria, localizada entre as cidades de Marabá e Bom Jesus do Tocantins, no sul do

Pará, serviu como ponte para estabelecer relações entre os Akrātikatêjê e os funcionários do Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Payaré relatou que este indígena veio e os convenceu a aceitar a ajuda do SPI, enumerando as vantagens que os Parkatêjê estavam desfrutando, falava sobre a aquisição de roupas, de medicamentos e de alimentos. Payaré também estava em missão de paz entre o seu grupo e o de Payaré. Falava sobre a união dos Gavião, para se fortalecerem. Foi, então, que se deu o contato com os agentes do SPI e com os missionários protestantes que atuavam na área.

Payaré foi levado para a cidade de Tucuruí, para estudar, contra a sua vontade. Lá permaneceu, retornando à aldeia anos depois, pois se sentia muito sozinho e sentia falta de estar no mato. Aprendeu a falar um pouco de português e, quando seu tio veio a falecer, foi escolhido pelo seu povo para assumir o cacicado. Na época, Payaré tinha dezoito anos.

Quando falou de Tucuruí, exaltou a liberdade que os membros de sua comunidade tinham, de caçar, coletar alimentos na floresta, fazer sua roça. Lembrou das corridas de tora, da utilização do arco e flecha, da abundância de peixe e, principalmente, do bom convívio na aldeia. Por várias vezes, ele usou a expressão: "Lá nós tínhamos uma vida total!". Habitavam uma terra rica, fértil, de onde todas as suas necessidades eram saciadas. Até que apareceram a Eletronorte e a hidrelétrica, tirando-lhes a sua terra, a união do seu povo e essa totalidade, tão exaltada por Payaré.

Adiante, segue a história de Payaré e de seu povo, pautada por um novo ator, a Eletronorte.

QUANDO A ELETRONORTE CHEGOU

"Na época da ditadura não tinha esse negócio de conversa, diziam que era coisa do governo, da nação. Que o governo tinha que fazer a barragem. Todo mundo chegou com um fuzil na mão, dizendo que tinha que deixar porque lá

³ Carne de caça cozida com tubérculos embaixo da terra.

era da nação, então tínhamos que sair, porque governo precisava daquele lugar”.

O primeiro contato que os Akrãtikatê tiveram com a hidrelétrica de Tucuruí, contou-me Payaré, foi em 1969, com som das dragas e dos tratores que adentraram o seu território, para desmatar a área na qual vivia com o seu povo. Payaré, incisivo, pediu para que os trabalhadores parassem, pois exigia que as autoridades viessem até ele para conversar. Ele recebeu a visita de representantes da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), da Eletronorte e da Aeronáutica, todos armados, exigindo a sua saída da terra, junto com o seu povo.

“Chegaram lá só nos expulsando, ameaçando que o trator passaria por cima enquanto estivéssemos dormindo. Deveríamos desocupar em 15 dias”. Nesse período, Payaré adoeceu e teve que se deslocar para a cidade, a fim de tratar-se de uma pneumonia. Quando estava no hospital, representantes da FUNAI e da Eletronorte fizeram ele assinar alguns papéis, alegando que estavam pagando uma quantia referente à indenização pela terra: “Eu assinei sem consultar ninguém, e só quando eu melhorei que fui entender a trapaça”.

A Eletronorte depositou um cheque, segundo a empresa, no valor de cinquenta mil cruzeiros, quando Payaré foi retirar o dinheiro, restavam apenas treze mil cruzeiros. Com a distância física de Payaré da área, a Eletronorte começou o desmatamento e a escavação de grandes buracos. Ele ainda estava em Tucuruí quando lá aportou um barco trazendo o seu povo, que estava sendo removido para a TI Mãe Maria, onde já viviam os povos Parkatê e Kiykatê:

Foi uma força que fizeram, porque as pessoas não entendiam, aí embarcaram, até a minha mãe no meio. Então eu falei: bom, como vocês já trouxeram todos aqui, vamos fazer o seguinte, vocês vão levar minha mãe, meus sobrinhos, todo mundo pra lá. Eu vou com vocês pra Belém, lá eu vou ficar resolvendo com vocês, mas eu queria que vocês me explicassem como é esse papel que o governo tá fazendo, que eu queria ver como é que é isso que vocês tão fazendo com a gente.

Payaré seguiu para uma reunião, em Belém, com representantes da FUNAI e da Eletronorte. Também levou seus filhos para se tratarem de problemas de saúde na capital. Em resposta aos seus questionamentos sobre a situação na qual o seu povo ficaria, lhe foi dito pela Eletronorte: “Tem 70 milhões de cruzeiros lá (TI Mãe Maria) pra vocês. Vocês vão ter cabeça de gado, vai ter plantação de cacau, plantação de café, já estão fazendo casa para vocês em Mãe Maria, tá tudo pronto, tem panela, tem colchão pra dormir, tem tudo”. Porém, Payaré mostrou-se desconfiado, pedindo garantias de que realmente o seu povo teria acesso a tudo o que estavam lhe prometendo. Então, ele seguiu para a TI Mãe Maria, para conferir a construção das tais casas:

Eu vim de Belém pra cá [TI Mãe Maria]. A estrada ruim, o chão era estreitinho, nós passamos dois dias pra poder sair, ruim demais. Aí eu passei dois dias no Mãe Maria, muito estranho, não tinha lugar, não tinha nada. Eles diziam “a casa é pra cá, lá pra dentro é o lugar da união”, “pra cá ó, de confronto com Jacundá”, aí de manhã cedo nós entramos por aqui [apontando no ar a direção], quando deu três horas da tarde nós chegamos no lugar que estavam fazendo a casa desse jeito [mostrando a sua casa de palha e madeira], ainda tirando palha, sem estrada, sem nada. Como é que a gente viria pra cá então? Onde estavam as coisas que prometeram?

Diante dessa situação, Payaré recusou-se a aceitar a oferta, tomando a decisão de permanecer em Tucuruí, com a sua família. Ele avaliou que seria melhor permanecer perto de seu território enquanto esperava melhor resolução por parte da Eletronorte. Por conta desta recusa, contou Payaré, a FUNAI o informou de que ele seria isolado e não receberia assistência alguma do órgão.

Payaré e sua família ainda ficaram na cidade de Tucuruí por dois anos. Com os 13 mil cruzeiros restantes da indenização, montou um comércio e comprou um barco a motor, para frete e transporte de peixe. Mas, ainda que construísse a sua vida na cidade, Payaré não desistia de sua terra, foi quando decidiu procurar a FUNAI de Brasília, empreitada na qual teve ajuda da antropóloga Iara Ferraz.

Payaré partiu rumo a Brasília. A conversa com o então presidente da FUNAI deu a Payaré forças pra continuar na luta:

O presidente da FUNAI falou pra mim: "você vai procurar justiça, você vai no exército, no quartel, você vai na Polícia Federal, você vai procurar o Juiz, que doutor vai te apoiar. Eu, presidente da FUNAI, já sei o que tá acontecendo com você e enquanto não lhe derem um tostão não é pra você sair". Me apoiou muito o presidente. Aí eu disse que já tinham me expulsado, que eu já estava na cidade. Aí ele falou: "não, não, você vai caçar, você tem que voltar pra sua terra".

Seguindo essas orientações, Payaré visitou o Exército, em Marabá, o juiz federal e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), informando que voltaria para a sua terra e obtendo concordância e promessas de ajudas, caso algo desse errado. Voltou com a sua família e montou uma moradia, improvisada com uma lona, ao pé de uma mangueira. A água avançava sobre a terra e constantemente dinamites eram estouradas para as escavações; a floresta tombava, e eram obrigados a mudar de lugar continuamente. Payaré tentava impedir as dragas de trabalhar, mas não obtinha sucesso.

Em uma manhã, ele saiu para fazer farinha, deixou sua arma em casa, para a sua filha mais velha: Kátia. Dizia para ela se defender, caso alguém aparecesse. Kátia ficava responsável por seus irmãos, enquanto a mãe dela e Payaré estavam fora de casa.

Quando Payaré estava torrando a farinha, quatro homens aproximaram-se para falar sobre a terra, questionando a permanência de Payaré na área. Ele respondeu que só falava sobre isso na justiça e apenas lá isso seria resolvido. Os homens insistiram, dizendo que aquela terra não era de Payaré e que qualquer um a poderia ocupar. Na hora do almoço, ele desceu para casa e deixou seu ajudante mexendo a farinha, caminhava na estrada de mato alto, quando foi surpreendido com um facão, cortando tudo ao seu redor. Relatou ele: "Eles falaram que iam me matar e meteram o facão. Eu me

meti pelo meio do mato, meti a mão pra defender. Eles acharam que tinha torado já tudo: mão, pescoço, tudo. Aí correram, deixaram até o armamento lá. Eu me sustentei e chamei o rapazinho, porque eu não podia me armar com a mão caída espirrando sangue". Payaré mostra a cicatriz que atravessa a palma de sua mão.

Esta não foi a primeira vez que a vida de Payaré correu perigo. Quando morava na cidade de Tucuruí, um pistoleiro foi ao seu encontro, marcando uma emboscada, sobre a qual ele foi alertado por um comerciante local, que conhecia as malfetorias do tal pistoleiro. Ainda em sua terra, em outra ocasião, um homem lhe questionou a respeito de sua presença lá, o ameaçando de morte, porém sem tentar executar a promessa.

Essas pressões ligadas à construção da barragem de Tucuruí e a especulação criada sobre aquelas terras fizeram com que Payaré aceitasse ser remanejado para junto de seu povo que já estava na TI Mãe Maria. Levou consigo uma cicatriz na mão, de ponta a ponta da palma, e a vontade de lutar para ter reconhecidos seus direitos sobre a terra. No decorrer desses acontecimentos, Payaré interagiu com instituições de cunho social e ambiental, que o instrumentalizaram na luta contra a Eletronorte, como será contado a seguir.

NA LUTA PELA TERRA, ENTRAVES E SONHOS

Em dezembro de 1983, Payaré tentou impedir, retendo os tratores, a execução das obras que estavam sendo realizadas na área indígena da TI Mãe Maria, necessárias para a construção da hidrelétrica (extração de areia e cascalho). A Eletronorte entrou com uma ação de reintegração de posse. No mesmo mês, o juiz de direito de Tucuruí concedeu à empresa mandado liminar que garantia a reintegração, contabilizando mais uma derrota a Payaré.

Payaré percebeu que sozinho não conseguiria sucesso em sua luta pela terra, pois o próprio Estado, que deveria zelar pelos direitos indígenas, estava sendo seu maior algoz. Certo dia, quando encontrava-se na cidade de Tucuruí, por onde andava temeroso por sua vida e se vendo sem

mais recursos para continuar na sua luta, uma reportagem de jornal chamou-lhe a atenção. Contou-me ele: “Eu tava sentado lá na praça. Era cedo, merendei, aí chegou um cara com um monte de jornal. Eu fiquei olhando o jornal que dizia assim: ‘existe comissão Pró-Índio em São Paulo’”.

Nesta época, Payaré estava morando na área indígena, onde já havia sofrido o atentado contra a sua vida que, por pouco, não lhe custou a mão direita, como já relatado. Ele comprou o jornal com as informações para contato e, sem hesitação, foi até a central telefônica e pediu uma ligação a cobrar. Foi atendido por uma advogada da Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPISP), que, após escutar a situação relatada, disponibilizou total apoio, marcando uma visita a ele em Tucuruí, para averiguar de perto a conjuntura na qual seu povo se encontrava.

Com a chegada da equipe da CPISP em Tucuruí, com antropóloga e advogados, o caso dos Akrãtikatêjê começou a caminhar com mais força através dos meios legais para encontrar uma resolução. Além da CPISP, Payaré relatou que várias outras instituições tiveram participação nesta luta: Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH), Instituto Socioambiental (ISA), Núcleo de Direitos Indígenas (NDI), Ministério Público Federal (MPF) e diversas outras, que o apoiaram indiretamente.

Efetivamente, no meio jurídico, a batalha começou em 1989, quando quatro advogados – indicados e/ou membros de algumas das instituições ora citadas – assinaram uma ação ordinária de anulação de ato jurídico contra a Eletronorte. Assim, foi dado início ao processo nº 89.0001377-7, na 4ª Vara da Seção Judiciária do Pará. A ação requeria, entre outros aspectos, que:

3. Sejam declarados nulos os atos da ELETRONORTE, que visaram transferir a posse dos índios Gavião sobre a terra indígena da Montanha para a empresa; 4. Seja devolvida a

área em questão à posse pela dos índios Gavião e, sendo impossível este desiderato, seja adquirida pela ELETRONORTE área de igual tamanho e condições ambientais na região; 5. Indenização pela transferência e prejuízos da comunidade indígena que se viu privada da terra nestes anos todos⁴.

Peço licença para retomar a narrativa de Payaré, a fim de facilitar a compreensão da ação movida pela comunidade Akrãtikatêjê. Quando Payaré encontrava-se internado em um hospital na cidade de Tucuruí, acometido de pneumonia, recebeu a visita de representantes da FUNAI e da Eletronorte, ambas intencionadas em dar um ponto final no quiproquó em relação à área indígena em questão, retirando desta Payaré e sua família. Sem se dar conta do que estava prestes a fazer e induzido pelas visitas, ele assinou documentos, aceitando uma indenização e comprometendo-se a retirar-se imediatamente da terra. Para resolver a questão da remoção, a FUNAI deu a solução: TI Mãe Maria.

A questão levantada pelos advogados foi a de que a dita ‘indenização’, paga pelas benfeitorias, tratava a terra como se esta não fosse uma Terra Indígena e sim como uma ‘fazenda’. Ainda que a legislação indígena vigente não fosse tão vigorosa à época, como aparentemente é hoje, era muito clara no quesito ‘Terras Indígenas’, como versam a constituição de 1969 e a lei 6.001, de 1973, respectivamente:

Art. 198. As terras habitadas pelos silvícolas são inalienáveis nos termos que a lei federal determinar, a eles cabendo a sua posse permanente e ficando reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e tódas as utilidades nelas existentes.

§ 1º Ficam declaradas a nulidade e a extinção dos efeitos jurídicos de qualquer natureza que tenham por objetivo o domínio, a posse ou a ocupação de terras habitadas pelos silvícolas.

⁴ Brasil. Tribunal Regional Federal. 4ª Vara da Seção Judiciária do Pará. Processo nº 89.0001377-7. Ação de nulidade de ato jurídico. 1989. Este é o documento de apelação que dá início ao processo. Trata-se de um documento físico e que não foi publicado. Obtive acesso a ele no escritório de advocacia, em Belém, de um dos profissionais que, à época, atuava na SDDH, Marcelo Freitas.

§ 2º A nulidade e extinção de que trata o parágrafo anterior não dão aos ocupantes direito a qualquer ação ou indenização contra a União e a Fundação Nacional do Índio (Brasil, 1969).

Art. 17. Reputam-se terras indígenas:

I – as terras ocupadas ou habitadas pelos silvícolas, a que se referem os artigos 4º, IV e 198, da Constituição [de 1969];

II – as áreas reservadas de que trata o Capítulo III deste título;

III – as terras de domínio das comunidades indígenas ou de silvícolas.

Art. 18. As terras indígenas não poderão ser objeto de arrendamento ou de qualquer ato ou negócio jurídico que restrinja o pleno exercício da posse direta pela comunidade indígena ou pelos silvícolas.

§ 1º Nessas áreas, é vedado a qualquer pessoa estranha aos grupos tribais ou comunidades indígenas a prática da caça, pesca ou coleta de frutos, assim como atividade agropecuária ou extrativa (Brasil, 1973).

De maneira clara, podemos visualizar a ilegalidade no processo de ‘indenização’ da terra de Payaré e de seu povo. E as ilegalidades continuaram, quando em 1984, a Eletronorte, disposta a ‘resolver’ conclusivamente a questão, decidiu comprar a Terra Indígena, fato que, por si só, já é uma aberração jurídica. Isto ocorreu em uma reunião, em Belém, da qual Payaré foi inexplicavelmente (ou intencionalmente) deixado de fora. Com a conivência da FUNAI, dois indígenas Gavião não tão esclarecidos politicamente foram convidados a participar desta reunião e, com as assinaturas destes e de um procurador judicial da FUNAI, foi outorgada a escritura de cessão e transferência de direito sob a posse da terra.

Então, apoiados nestes atos contrários à legislação brasileira vigente, os advogados anteriormente mencionados entraram com pedido de anulação do ato de compra. Apesar de o processo ter sido empreitado de maneira particular por parte dos indígenas, o MPF, órgão responsável, entre

outros aspectos, pela defesa dos direitos indígenas, também participou plenamente do processo. O MPF respaldou-se nas leis citadas e ainda na ausência de capacidade civil indígena e na falta de representação legítima do órgão tutelar quando da assinatura do ato jurídico em questão, uma vez que o seu procurador judicial não possuía poderes legais para o ato praticado, sendo esta função direcionada apenas ao dirigente da FUNAI, além de ressaltar a total ilegalidade de compra de uma Terra Indígena.

Em sua defesa, a Eletronorte tentou descaracterizar a referida terra, dizendo não se tratar de uma Terra Indígena, tampouco ocupada por indígenas, apelando para a sua não demarcação oficial, ainda que ela constasse em um decreto estadual como ‘Reserva Indígena’. Outro artifício utilizado pela empresa foi a tentativa de descaracterizar a indianidade do cacique Payaré, enfatizando, em suas argumentações presentes em todo o processo, o nome não indígena de Payaré, qual seja Edivaldo de Valdenilson, e nomeando a sua terra de ‘Fazenda Gavião da Montanha’.

Estarrecedor ainda mais é o argumento da empresa de que no local não poderia existir tal comunidade indígena, posto que o grupo Gavião localizava-se na TI Mãe Maria, restando ali apenas uma família que teria ligação com este grupo, desconsiderando totalmente a ocupação histórica dos Akrâtikatêjê na área, comprovada, no processo judicial, por meio de documentos do posto de atração estabelecido pelo órgão indigenista, em 1946, e por trabalho antropológico de Iara Ferraz⁵.

Por mais absurdo que a alegação da Eletronorte fosse, foi julgado improcedente o pedido da comunidade indígena, sob o argumento de que a referida terra era de domínio da União, e não da comunidade indígena, e ainda sob a alegação de que a assinatura do procurador da FUNAI teria, sim, plenos poderes para a validação da escritura. Diante esta sentença, coube à comunidade indígena recorrer à instância jurídica superior: o Tribunal Regional Federal (TRF). A comunidade foi assistida

⁵ Estes documentos constam nos autos do processo.

juridicamente pelos NDI e MPF, que manifestaram suas apelações nos anos de 1994 e 1995, respectivamente.

Os argumentos da apelação não poderiam deixar de ser os mesmos, tendo em vista a evidente ilegalidade praticada pelo Estado brasileiro. As duas apelações chamaram a atenção, mais uma vez, para as violações do Estatuto do Índio (lei 6.001) e constitucional com as quais a sentença estava a corroborar. Sendo as Terras Indígenas, assim consideradas a partir da ocupação imemorial de uma comunidade indígena, indisponíveis, inalienáveis e intransferíveis a terceiros, como versa a legislação à época (e ainda hoje), foram extremamente contraditórios os argumentos da sentença. A própria sentença afirma, textualmente, a existência de documentos comprobatórios da existência e da ocupação histórica do povo Gavião da Montanha na área, além de ressaltar que a posse das comunidades indígenas sobre suas terras é protegida constitucionalmente desde 1934. Ainda assim, ao final, a Eletronorte foi absolvida.

O processo percorreu anos, com a inabalável esperança de Payaré, entre recursos, agravos de instrumentos e outros procedimentos jurídicos, até o trânsito em julgado, que torna o processo judicial definitivo. Em 13 de novembro de 2008, a ré Eletronorte foi, finalmente, condenada ao seguinte: “impõe-se a condenação da empresa responsável pela transferência irregular a adquirir uma área de extensão e em condições ecológicas semelhantes à daquela de onde foram os índios forçados a afastarem-se”⁶.

Os Akrätikatêjê indicaram três áreas que, juntas, perfaziam os 3.600 ha, as quais cabiam, segundo a sentença, à Eletronorte ressarcir-los. Ressalte-se que este tamanho de terra foi inferido a partir da área ocupada pela comunidade indígena em Tucuruí, porém, Payaré afirmou

que a área de trânsito dos Akrätikatêjê era bem maior do que esta. Devido à demora, mais de trinta anos, para que Payaré e seu povo conseguissem, judicialmente, ser considerados indígenas e ter seus direitos de ressarcimento garantidos, ele imaginava quantos anos levariam para que reconhecessem a extensão de seu território. Assim, os Akrätikatêjê deram-se por satisfeitos com o tamanho determinado. É importante enfatizar, ainda, que esta terra deveria ser contínua a TI Mãe Maria, uma vez que, após o remanejamento forçado, foi lá que os Akrätikatêjê reconstruíram a sua vida, e seria novamente violento um processo de mudança.

No ano de 2007, foi realizado laudo antropológico pelo analista pericial em antropologia do MPF em Marabá, Waldenir Bernini Lichtenthaler, com a finalidade de avaliar a viabilidade das terras pretendidas pelos Akrätikatêjê em termos de reprodução cultural deste povo. O laudo concluiu, entre outros pontos, que a área era “não só apropriada, mas necessária e urgente”⁷, principalmente pelo fato de ser próxima à TI Mãe Maria, em vista da relação criada pelo grupo com esta TI durante todos esses anos, sendo totalmente descabido mais um deslocamento desse povo – que ainda tentava se reconstruir – para uma área próxima a Tucuruí, por exemplo. Ainda mais pelo fato de a maioria dos Akrätikatêjê da época já terem nascido na TI Mãe Maria, e outra grande parte terem lá chegado ainda na infância.

Os entraves, contudo, não haviam cessado. O problema passou a ser a falta de regularização fundiária de algumas partes das terras citadas. Em decorrência disso, várias reuniões foram realizadas entre comunidade indígena, MPF, Eletronorte, FUNAI, INCRA e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Até a conclusão da minha pesquisa,

⁶ Brasil. Tribunal Regional Federal. 4ª Vara da Seção Judiciária do Pará. Processo nº 89.0001377-7. Ação de nulidade de ato jurídico. 1989.

⁷ Ministério Público Federal. Adequação de terras pretendidas pelos Akrätikatêjê como indenização pelo antigo território que perderam por conta das obras da UHE de Tucuruí. Procuradoria da República em Marabá, 2007. Laudo Antropológico. In: Ministério Público Federal. Possibilidade dos Akrätikatêjê efetivarem separação dos Parkatêjê criando sua própria aldeia dentro da Reserva Mãe Maria. Procedimento Administrativo 00642/2004-81.

em 2011, a compra da terra não havia sido realizada por parte da empresa. Na época, Payaré falou-me que esta história ainda não tinha um final feliz sobre o qual eu pudesse escrever, mas sempre que tratávamos sobre essa espera, ele dizia, esperançoso: “O que se planta hoje, uma geração futura colhe amanhã”.

Em 2014, alguns meses após o falecimento de Payaré, retornei à TI Mãe Maria, à aldeia Akrātikatêjê, depois de dois anos, para fazer uma visita à Kátia. Falamos muito sobre Payaré, a relação com a Eletronorte, bem como questões internas da aldeia. A terra já havia sido adquirida, estavam abrindo uma estrada que ligava a aldeia Akrātikatêjê ao local determinado. A aldeia estava beneficiando castanha para exportação; havia uma escola construída, um sonho antigo de Payaré. Em 2016, em uma nova passagem por Marabá, retornei lá, e ela me mostrou, orgulhosa, os pés de açaí e de cupuaçu que seu pai havia plantado na época da minha primeira visita à aldeia, em 2011. A luta de Payaré sempre foi por manter a reprodução física e cultural do seu povo, isso o levou para a TI Mãe Maria e o estimulou a se juntar à aldeia Parkatêjê. Isso também o levou a se separar e criar uma nova aldeia, mas se ressentia de não ter a sua terra, a que lhe era devida. Com a aquisição dessa nova área, o povo Akrātikatêjê já está pondo em prática o que Payaré preconizava: viver da terra, plantar e colher.

A construção da hidrelétrica de Tucuruí tornou-se um marco divisor na legislação ambiental brasileira, tendo causado danos irreparáveis a centenas de famílias ribeirinhas e comunidades indígenas. Porém, muitas de suas atrocidades permanecem invisíveis na história do país, e assim seria com os Akrârikatêjê, não fosse a voz e a incansável luta de Payaré.

Como é possível contabilizar o sofrimento, a necessidade, a angústia, a privação, o sentimento de perda de uma comunidade indígena? E, ainda, como contabilizar a alegria, a tradição, a construção histórica, o sentimento de pertencimento desta mesma comunidade? Se juntar a esta conta milhares de metros cúbicos de

vegetação, uma vasta fauna e flora; como transformar tudo isso em números, em dinheiro, em uma porção de terra e dizer estar 'compensando' ou 'indenizando' um povo indígena?

Todos os fatores conspiravam contra os Akrātikatêjê, que tiveram seus direitos violados por quem devia defendê-los. Porém, cercado de instituições competentes e munido, principalmente, do sonho de ver seu povo reunido em sua própria terra, Payaré conseguiu o que poucos achavam possível, ter o direito de seu povo reconhecido. Reorganizar o seu povo e cumprir a promessa feita ao pai, no seu leito de morte, de continuar em frente, levando o povo consigo e protegendo-o, foram os grandes motivadores da luta de Payaré, que andava com orgulho pela sua aldeia, olhando em frente e mostrando o que ali eles já produziam (Figura 3).

Este texto poderia ter percorrido diversos caminhos, em razão da riqueza da história de vida de Payaré, porém detalhar todas as suas minúcias seria impossível neste momento. Foi necessário, portanto, escolher. A escolha foi a de partir da história de luta de um líder indígena para acentuar os crimes cometidos pelos projetos desenvolvimentistas na Amazônia, tomando a hidrelétrica de Tucuruí como um marco social, político e ambiental. Aqui, também foi ressaltado como os povos indígenas constituem-se historicamente como 'entraves' ao chamado 'desenvolvimento nacional' e como se dá o processo de instrumentalização da luta indígena contra o Estado.



Figura 3. Payaré Akrãtikatêjê na aldeia Akrãtikatejê (TI Mãe Maria), em julho de 2011. Foto: Mariana Guimarães, 2011.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 dez. 1973. Seção 1, p. 13177. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16001.htm>. Acesso em: 3 abr. 2017.

BRASIL. Constituição (1967). Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 out. 1969. Seção 1, p. 8865. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm>. Acesso em: 3 abr. 2017.